

Superior Tribunal de Justiça

DESIIS no HABEAS CORPUS Nº 541.118 - SP (2019/0316258-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
REQUERENTE : CAIO DE LIMA PAIXAO
ADVOGADO : GILNEY BATISTA DE MELO - SP299638
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CAIO DE LIMA PAIXÃO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Noticiam os autos que o paciente encontra-se preso preventivamente nos autos da ação penal em que foi denunciado por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 157, *caput*, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal.

Buscando a revogação da prisão preventiva do acusado, a defesa impetrou *habeas corpus*, cujo pleito não foi conhecido por esta relatoria, diante da existência de recurso em *habeas corpus* combatendo a mesma decisão. Contra a referida decisão foi interposto agravo regimental.

Sustentou o agravante, em síntese, a necessidade de reconsiderar a decisão, visto que o *habeas corpus* "*está acima de qualquer recurso ou entrave formal, topograficamente, em decorrência do próprio sistema jurídico político que preza à liberdade democrática na Constituição Federal*" (e-STJ fl. 279).

Esclareceu, ainda, que "*este Superior Tribunal de Justiça não pode se omitir de conhecer writ (o que poderia ocorrer até de ofício, conforme o próprio parecer da PGR nos autos), quanto da análise de uma prisão preventiva evidente e totalmente ilegal*" (e-STJ fl. 280).

E, por fim, requereu a retratação da decisão agravada ou, não se entendendo dessa forma, fosse a insurgência submetida a julgamento pelo colegiado.

Sobreveio petição na qual a defesa requer a desistência da presente ação mandamental.

É o relatório.

Conforme requerido às e-STJ fls. 292-293 e nos moldes do art. 34, inciso IX, do Regimento Interno deste Tribunal, **homologa-se** o pedido de desistência.

Publique-se e intemem-se.

Após a ciência do Ministério Público, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator